

O paradoxo verde do agronegócio brasileiro

Tassiana Barreto de Barros Moreira

<https://orcid.org/0009-0001-6938-7026> – tassianab@gmail.com

IFCH/Unicamp

Resumo

O artigo investiga os debates e concepções das políticas ecológicas apresentadas pelo agronegócio brasileiro no Global Agribusiness Festival (GAFFFF), realizado em São Paulo em 2025. Por meio de etnografia realizada no evento que ocorreu no ano da COP 30, quando o tema ambiental se torna ainda mais proeminente, dedica-se à pergunta central sobre como o agronegócio brasileiro tem operado dentro e através da crise ecológica. Evidencia-se que o setor realiza uma inversão narrativa sobre a crise e reivindica posição protagonista nas soluções, sem romper com o modelo predatório. Como síntese do arcabouço narrativo observado no evento, o artigo desenvolve a ideia de paradoxo verde do agronegócio brasileiro, composto por camadas paradoxais acerca do latifúndio monocultor, da sustentabilidade do agronegócio, da capitalização da crise climática e do ecologismo de extrema direita.

Palavras-chave: crise climática; crise ambiental; agronegócio; crise política; extrema direita.

The green paradox of Brazilian agribusiness

Abstract

This article investigates the debates and conceptions of ecological policies presented by Brazilian agribusiness at the Global Agribusiness Festival (GAFFFF), held in São Paulo in 2025. Through ethnography conducted at the event, which took place in the year of COP30, when the environmental theme becomes even more prominent, it focuses on the central question of how Brazilian agribusiness has operated within and through the ecological crisis. It reveals that the sector performs a narrative inversion regarding the crisis and claims a leading position

in the solutions without breaking with the predatory model. As a synthesis of the narrative framework observed at the event, the article develops the idea of the green paradox of Brazilian agribusiness, composed of paradoxical layers concerning monoculture latifundium, the sustainability of agribusiness, the capitalization of the climate crisis, and the political ecologies of the far right.

Key-words: climate crisis; environmental crisis; agribusiness; political crisis; far right.

Introdução

A abordagem do artigo está relacionada ao que destacou Forchtner (2019) sobre a necessidade de estudos que se dediquem à intersecção existente entre duas crises com grande relevância na sociedade contemporânea: por um lado, a crise ambiental na qual as mudanças climáticas foram socialmente construídas como sua principal expressão, e, por outro lado, a crise da democracia liberal, com grande relevância do fortalecimento de governos e movimentos de extrema direita em nível mundial, sobretudo no “mundo ocidental”.

Com essa preocupação em vista, o texto tem o objetivo de interpretar as diferentes formas e contradições em que o agronegócio brasileiro tem operado dentro e através da crise ecológica, analisando os debates e as concepções sobre a pauta ambiental apresentadas por diferentes forças do setor presentes na edição de 2025 do Global Agribusiness Festival (GAFFFF).

Em relação à crise ambiental, desde os anos 2000 o agronegócio brasileiro passa a operar na promoção de ações sobre a pauta ecológica após a intensificação de críticas às práticas insustentáveis do setor, em especial em nível internacional, através de denúncias e evidências sobre os crimes ambientais e ações flagrantemente destrutivas, com destaque especial que naquela década dedicou-se à publicização sobre a relação direta entre o desmatamento da Amazônia e o avanço da soja na região norte do Brasil (Pompeia, 2018). Assim, a questão ambiental passou a ser um grande desafio para o agronegócio, como ponto sensível de crítica; consequentemente, o setor procurou dialogar com a sociedade civil, com alto investimento em propagandas, e construir suas próprias elaborações sobre o tema (Pompeia, 2021, p.250).

Destaca-se, ademais, que o ano de 2025 foi marcado pela realização da COP 30 no Brasil e pela culminação da negociação de um acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, o que voltou a colocar as práticas do *agribusiness* brasileiro na pauta do dia do debate internacional (Gonçalves, 2025). Dessa maneira, interpretar o arcabouço narrativo e as elaborações construídas pelo agronegócio sobre a temática ambiental se revela tarefa relevante num contexto em que a urgência da crise climática se choca com o modelo inerentemente predatório do setor (Firmiano *et al*, 2024).

Sobre a crise política e avanço da extrema direita, o texto se dedicará à análise dos dados do campo e do agronegócio brasileiro através do diálogo sobre Ecologismo de Extrema Direita (EED), conceito defendido por Lubarda (2020) e que possibilita uma abordagem mais abrangente do que o termo ecofascismo, que tem sido mais comumente utilizado. Considerando o ecletismo da extrema direita, o que inclui setores do próprio fascismo, mas também do conservadorismo e do nacional-populismo, o autor argumenta que a utilização de EED é mais efetiva para responder e interpretar a atuação da extrema direita nos debates ambientais. Desse modo, ao longo do artigo será abordada a relação do agronegócio com a extrema direita e, especificamente no último tópico, sobre a conexão com o EED.

Metodologicamente, o artigo se baseia em dados primários levantados na experiência etnográfica na qual a pesquisadora realizou observação participante durante os dois dias do GAFFFF de 2025. A partir do registro sistemático dos elementos verificados em campo — como aspectos simbólicos que permeiam o evento, conteúdo das mesas, painéis, falas públicas, alimentação, estética e a interação entre os atores — foi realizada uma descrição densa em diário de campo. Dos diversos dados levantados, para este artigo foram selecionados os elementos em que a questão ambiental é mais relevante. Através da etnografia foi possível verificar, além dos componentes discursivos que aparecem nos painéis, a construção narrativa em relação à crise ambiental que permeou o evento como um todo, explicitando as estratégias e elementos simbólicos mobilizados.

Como síntese da análise realizada no estudo de caso, o artigo apresenta a ideia de paradoxo verde do agronegócio brasileiro, que expressa a forma pela qual o setor debate e responde à questão ambiental: reafirmando a crise climática, desresponsabilizando-se pelo colapso, apropriando-se de terminologias, disputando o protagonismo na seara ecológica ao mesmo tempo em que reforça o modelo produtivo predatório.

O paradoxo verde é composto por diferentes camadas em que se apresentam as contradições do ecologismo do setor no Brasil, de modo a explicitar as estratégias, interesses e ideias construídas e, ao mesmo tempo, identificar os limites concretos das concepções e propostas para a superação da crise climática e ambiental atual. Entre os elementos da narrativa, serão apresentadas no artigo as concepções hegemônicas e centrais para o ecologismo do agronegócio apresentadas no GAFFFF, de maneira a desnudar os eixos paradoxais principais: o latifúndio monocultor, a sustentabilidade do “agro”, a capitalização da crise e o ecologismo de extrema direita.

O Global Agribusiness Festival (GAFFFF) e a concertação política do agronegócio brasileiro

Em estudo sobre a formação política do agronegócio, Pompeia (2018; 2020) indica a existência de uma concertação política envolvendo agentes do setor que organiza uma agenda para angariar legitimidade frente ao Estado e à sociedade brasileira. Os agentes da concertação política são “(...) entidades patronais da agropecuária, das indústrias de máquinas e insumos agrícolas, e daquelas das principais *commodities* de exportação, além de atores dos três Poderes do Estado, da academia, do mercado financeiro, de empresas de comunicação e consultoria.” (Pompeia, 2018, p.44). Embora existam diferenças internas, a concertação concretiza unidade de atuação em pontos fundamentais do interesse do agronegócio, principalmente no que tange à questão ambiental, política agrária e política nacional.

Em torno do funcionamento da concertação, Pompeia (2018) indica a existência de dispositivos que cumprem papel de articulação e organização do agronegócio, neste âmbito, o autor demonstra a importância que o *Global Agribusiness Forum* (GAF) tem cumprido como evento dentro da concertação desde sua primeira edição em 2012. O GAF se destaca pela capacidade de articulação entre diversos atores, aproximando diferentes entidades do agronegócio ao longo dos anos em que acontece o evento. A organização do evento desde 2012 é realizada pela *Datagro*, empresa de assessoria do agronegócio, juntamente com a *Sociedade Rural Brasileira* (SRB) e entidades patronais das cadeias de cana-de-açúcar, suco de laranja e milho¹.

¹ São elas: ABCZ, ABRAMILHO, Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos, Citrosuco/Citrovita, Cutrale e Louis Dreyfus, Fórum Nacional Sucreoenergético (Pompeia, 2018).

É expressivo o papel da pauta ambiental no evento desde sua primeira edição, como é possível observar em divulgação da Abramilho, uma das organizadoras, o GAF tem como objetivo:

(...) reforçar a importância do agro no cenário econômico brasileiro e mundial os painéis debatem os rumos do setor e seus principais desafios, principalmente em relação às mudanças climáticas, preservação de recursos naturais e soluções sustentáveis para uma população em crescimento.” (GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM, [s/d])

Após 5 edições bienais do GAF, em 2024 houve algumas mudanças consistentes no evento, que se fortaleceu ainda mais como um dos principais encontros do agronegócio brasileiro que desde então ocorre anualmente. Nominalmente, o *Forum* foi substituído por *Festival*, portanto, tornou-se o *Global Agribusiness Festival*, que contempla as atrações *Food, Fun, Fair, Forum* e são indicadas através da adição de quatro F's na sigla: GAFFFF.

A pesquisa de campo para este artigo foi realizada na edição do GAFFFF de 2025, que ocorreu no Allianz Parque, em São Paulo/SP, nos dias 5 e 6 de junho. Se a pauta ambiental já aparecia em evidência desde 2012, em 2025 o evento se caracterizou como uma preparação e articulação da concertação política do agronegócio para a COP 30.

Em relação às organizadoras do GAFFFF, em 2025 a *Datagro* recebe destaque como a organizadora principal e responsável pela curadoria, a *SRB* continuou na organização, assim como diversas representantes de setores das cadeias produtivas do agronegócio². Também organizam o evento a *CropLife Brasil*, representante de empresas transnacionais do agronegócio, a *Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC)* e a *Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (EBMRA)*. As principais apoiadoras do evento são a *XP*, grande empresa no setor financeiro, e a *Corteva Agriscience*, empresa multinacional de produção de sementes, biotecnologia e agroquímicos.

O quadro de organizadoras, juntamente com as apoiadoras principais e demais apoiadoras³, demonstra o amplo espectro dos agentes do agronegócio brasileiro que compõem o GAFFFF, expressando sua relevância por aglutinar diferentes agentes do setor.

Ao longo dos dois dias do GAFFFF acontecem diversas atividades simultâneas, inclusive conferências com representação de grandes entidades e empresas do agronegócio, nomes da arena política como governadores e deputados/as da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), presidenciais, senadores e representantes internacionais, universidades e empresas financeiras.

Conforme a propaganda do próprio evento, ele é “O maior festival de cultura agro do mundo” em que se destacam os dados de que recebeu apoio de 28 países, de 130 associações, 25 universidades e participação de 30 mil pessoas (GAFFFF, 2025).

A pauta ambiental aparece como central dentro dos discursos, num esforço contínuo de repetir que o agro brasileiro é o mais sustentável do mundo. Embora possa haver divergências entre oradores/as sobre outros temas, esse era o lema que eles diziam em uníssono. O evidente engajamento sobre a questão ambiental no GAFFFF é demonstrado no fato de o tema

² Representantes das cadeias produtivas que estavam na organização do evento: *Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)*, *Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC)*, *Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)*, *Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas (ABRAFRUTAS)*, *Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO)*, *Bioenergia Brasil*, *Maizall*, *União Nacional do Etanol de Milho (UNEM)*.

³ Algumas das entidades que apoiaram o evento *Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)*, *Pensar Agro*, *Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja)*, *Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (ABAF)*, *Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha (ABQM)*, *Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA)*, *Agroligadas*, *Aboissa*, *Associação de Exportadores de Açúcar e Alcool (AEXA)*, *Sindaçúcar*, *UDOP (União Nacional da Bioenergia)*, *Anfavea*, entre outras.

ser o que mais se repetiu nas conferências e eventos relacionados ao “Fórum”. Entre as atividades (que se dividiram em palestras, conferências, painéis, sem contar a cerimônia de abertura), 33%, ou seja, 14 de 42, possuíam títulos relacionados diretamente com a questão ambiental como: sustentabilidade/sustentável (quase a metade, 6), ESG, agricultura regenerativa, COP 30, mudança climática e resiliência climática e preservação de área degradada. Além disso, esse tema apareceu nos debates de outras conferências, como no “Papel do agro, desafios e oportunidades”.

O discurso ambiental e o empenho na apresentação da suposta sustentabilidade do agronegócio brasileiro presente no GAFFFF se deparam com a realidade da reiteração permanente do modelo predatório do agronegócio (Firmiano *et al*, 2024) em que a celeridade do consumo e da liberação dos agrotóxicos durante o governo Lula 3, como também ocorreu em governos anteriores, escancaram a realidade do modelo que possui características inerentemente destrutivas pelo cultivo em monocultura com uso intensivo de insumos químicos.

Além dos agrotóxicos, a flagrante insustentabilidade do agronegócio também se expressa em relação à emissão de gases de efeito estufa (GEE), em especial o dióxido de carbono (CO₂), considerado principal causador do aquecimento global. O *agribusiness* brasileiro é o maior emissor de CO₂ do Brasil, país que ocupa a posição de sexto maior responsável pelas emissões globais (SEEG, 2025; Casimiro, 2025).

Paradoxo do latifúndio monocultor

Entre os diversos elementos extraídos durante a pesquisa de campo no GAFFFF, destaca-se a construção imagética da produção agrícola e da natureza que estavam espalhadas em propagandas e artes gráficas.

Um primeiro elemento que chamou atenção em relação às imagens observadas no campo, foi a maneira como expressam uma concepção de natureza formatada e controlada, na qual o produto agrícola é apresentado a partir da lógica industrial, ou seja, com padrão mensurável e homogeneizado como mercadorias tal qual uma linha de produção industrial.

Essa concepção de produto agrícola pode ser compreendida, por um lado, pela inclusão de tecnologias que aumentam a assertividade do investimento e lucro e, por outro, remeter ao afastamento do “natural” e a aproximação da artificialidade pois tendem a expressar cada vez menos variedades e plantas cada vez mais padronizadas. Isso revela a concepção conceitual e estética da produção agrícola do agronegócio: homogênea, controlável, produtiva, formatada. O logotipo com a fruta da *Dataagro*, como pode ser visto (Foto 1), talvez seja a expressão mais bem acabada disso.

O logotipo na foto acima estava presente no *stand* da empresa e demonstra o agronegócio atuante com capacidade de mensuração e previsibilidade, mercadorias que a *Dataagro* oferece às empresas do agronegócio através da assessoria, propagandeando a segurança do investimento e de futuros rendimentos.

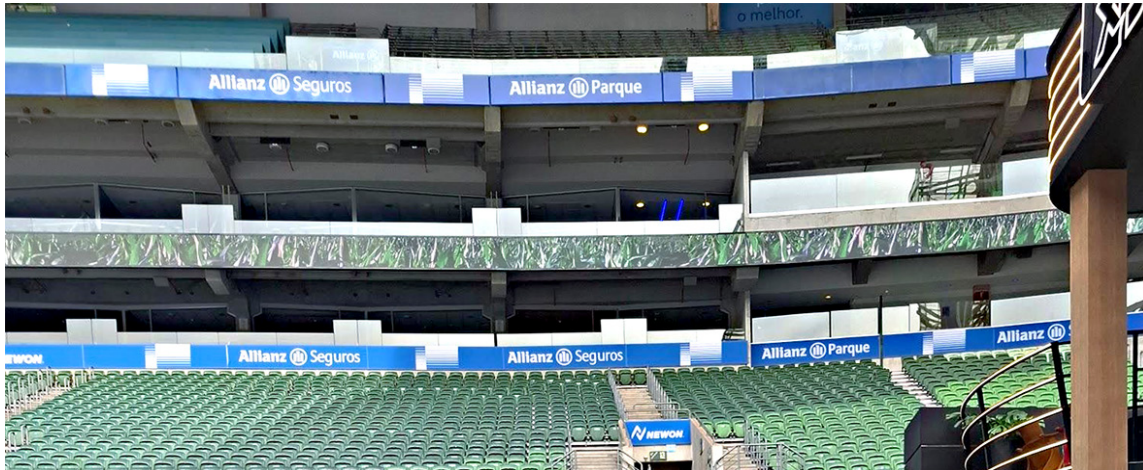
Foto 1 – Logotipo e *stand* da *Dataagro*



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora durante as atividades do GAFFFF, 2025.

Outro exemplo é que o estádio do *Allianz Parque* é circulado por painéis de LED que durante o evento apresentavam, além de propagandas de diferentes empresas, um grande monocultivo de plantas simetricamente iguais.

Foto 2 – Imagens do monocultivo nos painéis de LED no *Allianz Parque*



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora durante as atividades do GAFFFF, 2025.

No *stand* da XP havia a mesma concepção formatada de produção agrícola com o esforço de unificar a XP, empresa financeira, com a agricultura. A unidade é expressa pela espiral que integra três variáveis (XP, agro & você) através do monocultivo altamente produtivo e homogêneo (Foto 3).

A propaganda da *Corteva Agriscience*, como se verá adiante, traz a mesma formatação agrícola vinculando o crescimento, modernização e desenvolvimento brasileiro à produção agrícola, no entanto, ela deixa mais explícita a construção visual da ideia de natureza do agronegócio em que não há conflitos, é extremamente tecnológica e com produção em monocultivo. O “homem do campo” e “produtor” — como denominam os fazendeiros —, que aparece na propaganda (Foto 4), é a expressão da expansão do agronegócio com sucesso e “paz” a partir do controle territorial e sem a presença de povos que vivem no campo.

Foto 3 – Referência à produção agrícola no *stand* da XP



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora durante as atividades do GAFFFF, 2025.

Foto 4 – Propaganda da Corteva Agriscience



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora durante as atividades do GAFFFF, 2025.

As imagens nos revelam a própria configuração do agronegócio brasileiro que tem em sua origem, como característica importante, a inserção da lógica industrial na agricultura, integrando segmentos industriais com a elite fundiária. Conforme Delgado (2005), a partir da década de 1960 houve forte introdução de insumos e maquinários na agricultura, absorvendo pacotes da chamada revolução verde, como parte da modernização conservadora implementada pela ditadura militar no Brasil. Ao mesmo tempo, essa modernização capitalista da agricultura no Brasil ocorreu com a integração com a elite agrária latifundiária e concentração da propriedade da terra, essa conformação possibilitou a constituição da estratégia do agronegócio nas décadas seguintes (Delgado, 2005).

Nesse sentido, observa-se o esforço da apresentação do setor como fortemente associado à produtividade, desenvolvimento e modernidade, como superação de um atraso relacionado ao campo brasileiro. Ao passo que também são observadas nas imagens as características da elevada concentração fundiária, monocultivo, baixa diversificação produtiva, produção para exportação (*commodities*), características fundamentais de uma forma produtiva no campo que remetem à *plantation* colonial.

Dialogando sobre o universo imagético apresentado e o conceito de Ecologias de Extrema Direita (EED) apresentado na introdução, pode-se debruçar sobre como o padrão estético apresentado revela uma relação entre a ideologia de extrema direita e a concepção de natureza e produção agrícola. Campos, Barcelos e Severo (2024), em artigo publicado sobre a política ambiental do governo Bolsonaro, indicam que a nostalgia da expansão colonial, o

monocultivo e o ativismo anti-indígena são expressões da ideologia da extrema direita brasileira que possui forte alicerce na visão de mundo ruralista.

Em estudo sobre extrema-direita e agronegócio, França e Larruscahim (2025, s/p) identificam que, enquanto o ecofascismo, — que combina agenda ambiental com racismo, nacionalismo e pautas autoritárias — apresenta no norte global o imigrante como sujeito principal a ser combatido, no Brasil ele “opera como uma articulação mais profunda entre a masculinidade enquanto regime de poder, o capitalismo extrativista e a exploração da natureza e seus povos”. Neste cenário, a partir da lógica produtivista e extrativista, a natureza é dominada, com forte atuação do agronegócio, e utilizada como dispositivo de controle social e territorial, no qual a destruição ambiental é um “símbolo de afirmação supremacista e masculinista” (França e Larruscahim, 2025, s/p).

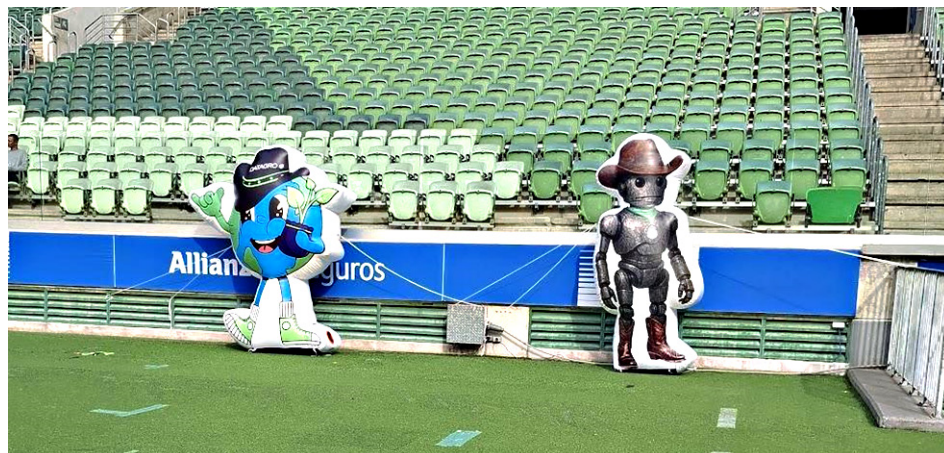
Observa-se como essas perspectivas da extrema-direita brasileira operam no universo simbólico e ideológico do agronegócio, na exaltação da produção padronizada como expressão máxima da produtividade e geração de riqueza, vinculando a exploração da natureza e o controle territorial como concepção de mundo estritamente ligada ao universo da extrema direita.

A imagem a seguir (Foto 5), apresenta dois outros símbolos da *Datagro* em que se observa outro exemplo do componente tecnológico para a assertividade na produção agrícola.

O personagem do robô vestido com chapéu de cowboy e bota de couro, elementos distintivos do agronegócio, demonstra a capacidade da empresa de colocar a tecnologia mais avançada a serviço do setor, mas não apenas realizando o trabalho, como também vestindo a camisa e sendo ela própria o agronegócio. Fazendo dupla como o robô cowboy, lançaram mão de um planeta terra com cara gentil, fazendo gesto de *hang loose* com uma das mãos enquanto segura uma muda de árvore na outra. Ele usa chapéu de cowboy, mas, ao contrário do robô, usa um tênis verde vinculado ao estereótipo urbano.

O estudo de Gerhardt (2025, p.1034) contribui para a interpretação das fotos, para o autor, ao analisar campanhas publicitárias televisivas do agronegócio, as imagens criadas nas propagandas do setor têm objetivo de apresentá-lo como “pujante, grandioso, imponente (...)” e responsável pela riqueza nacional. Neste aspecto, a frase da propaganda da *Corteva* na foto 3, “É aqui que o Brasil decola”, apresenta de forma didática a intencionalidade de relacionar a produção agrícola de grande escala em monocultivo como fonte de riqueza e progresso nacional.

Foto 5 – Símbolos da *Datagro*



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora durante as atividades do GAFFFF, 2025.

O autor apresenta a característica religiosa da cosmovisão do agronegócio, na qual a tecnologia está entre as principais crenças. Gerhardt (2025, p.1035) salienta, entre outros elementos, o sentido político e cosmológico que a tecnologia adquire no “agromundo”. Ela é vinculada diretamente com a produtividade, repercutindo sempre em efeitos positivos, enquanto também atua como oposição e diferenciador em relação ao latifúndio “atrasado” e improdutivo.

Pode-se verificar esses elementos nas imagens, em que há um apelo da produtividade padronizada, que apenas pode ser alcançada através do uso de pacotes tecnológicos, demonstrando relação direta entre a concepção de riqueza do agronegócio e a tecnologia. Neste aspecto, observa-se que o robô da *Dataagro* indica não apenas o uso da tecnologia do agronegócio, mas sua fusão e indissociação, como a tecnologia em si sendo o próprio agronegócio.

Complementa-se aos elementos indicados pelo autor, que no GAFFFF foi apresentado o papel da tecnologia para alcançar a sustentabilidade, ou seja, a crença no avanço da tecnologia integrada ao agronegócio como fator central para a salvação do planeta. Essa tese pode ser constatada tanto pelos símbolos apresentados anteriormente como nos discursos e narrativas apresentadas durante o GAFFFF que serão analisadas nos próximos tópicos.

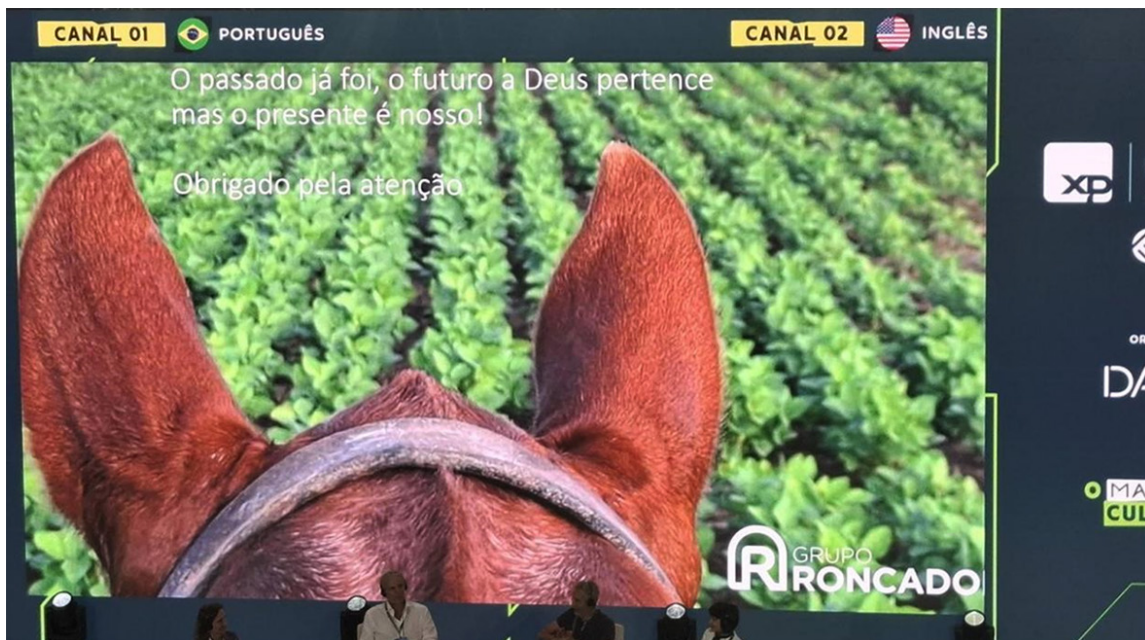
Portanto, verifica-se que a reverência à tecnologia cumpre dois papéis principais, primeiro o de alijar o agronegócio da alcunha do atraso ao qual é associado, como meio de distinção entre o antigo fazendeiro e o atual “produtor” (Gerhardt, 2025, p.1038), neste aspecto exprimir alta produtividade é eixo elementar. Segundo, o de ser uma resposta às questões climáticas e ambientais atuais, como instrumento do agronegócio para superação da crise, ou seja, não apenas sem alterações estruturais ao modelo de produção, mas pela intensificação do uso de pacotes tecnológicos vinculados às empresas e grandes corporações globais do *agribusiness*. Desse modo, o planeta terra feliz e o robô sério trazem uma mensagem fundamental disseminada no evento: o uso da tecnologia pelo agronegócio para um planeta ambientalmente sustentável.

Embora a homogeneidade de concepção expressa nas imagens, principalmente relativas à produção agrícola, há uma complexidade na maneira como o agronegócio apresenta e sustenta a sustentabilidade do setor. É possível verificar uma sofisticação no argumento com o exemplo da conferência “Agricultura Regenerativa: Desafios para um Crescimento Sustentável”, com mesa composta por representantes do agronegócio e agentes apresentando uma agenda ambiental elaborada. A mesa foi formada por Pedro Diniz, que se dedica há décadas à produção agroflorestal, pela professora Virgínia Damin, da Universidade Federal de Goiânia, pela Claudia Quagliolini, representando a *CropLife Brasil* (associação de grandes empresas agroquímicas e biotecnologia de que é apoiadora e co-realizadora do Festival), e por Pelerson Penido, dono da fazenda Roncador no Mato Grosso, conhecida como a maior fazenda em extensão e uma das mais produtivas e sustentáveis do Brasil.

A conferência contou com falas ressaltando a importância do solo como organismo vivo, indicando práticas para minimizar o uso de agrotóxicos. Neste aspecto, verifica-se a contradição na participação da *CropLife*, que é a maior representante de empresas transnacionais do agronegócio como a *Bayer*, *Basf*, *Corteva*, *Syngenta*, entre outras, principais produtoras de agroquímicos e de sementes transgênicas do mundo, que pleiteiam posição como agentes sustentáveis através da produção de bioinsumos.

Devido ao apelo da pauta ambiental na conferência, infere-se um contraste em relação à concepção de agricultura apresentada nas representações imagéticas analisadas. No entanto, chama atenção a exposição de *slides* do Pelerson, da Fazenda Roncador, que como um representante das práticas sustentáveis do agronegócio, utilizou imagetivamente a mesma concepção de produção agrícola que foi analisada anteriormente, como se verifica na foto 6.

Foto 6 – Apresentação de slide sobre a Fazenda Roncador



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora durante as atividades do GAFFFF, 2025.

A imagem do monocultivo de soja, com parte da cabeça de um cavalo com pelos brilhantes à frente, traz na essência os elementos fundamentais das fotos vistas anteriormente em torno da formatação da natureza e da agricultura. Embora haja essa reiteração, a conferência expõe uma sofisticação do argumento ecológico do agronegócio, em que são apresentadas conciliações sobre a contradição fundamental entre o modelo de produção do setor e a questão ambiental.

A Fazenda Roncador é uma expressão evidente dessas mediações, como uma das maiores referências de produção sustentável do agronegócio. Ao mesmo tempo, é grande exemplo do uso de agrotóxicos de forma conciliada com biofertilizantes. Observa-se, portanto, a pretensa conciliação entre a continuidade do uso de agrotóxicos com a existência do solo saudável, ou seja, embora o conteúdo de algumas falas durante a conferência assuma os efeitos nocivos do agrotóxico para o solo e a necessidade do uso de biofertilizantes, paralelamente se ratifica a necessidade da utilização de veneno e são dados exemplos da sustentabilidade com uso dos agroquímicos. A própria composição da mesa, integrando um produtor agrofloresteiro com representante das corporações transnacionais do agronegócio, reforça a ideia da conciliação.

A Roncador também revela a mediação em relação à sustentabilidade e a propriedade privada, pois é a maior fazenda do Brasil, possuindo cerca de 150 mil hectares, e uma das maiores áreas produtivas em extensão única do mundo (Grupo Roncador, 2020). Projeta-se, portanto, no maior latifúndio do Brasil o avanço sustentável do agronegócio, construindo a narrativa da segunda conciliação sobre a manutenção do latifúndio monocultor com sustentabilidade.

Como síntese dos elementos analisados no tópico foi identificado o paradoxo do latifúndio monocultor, em que há a manutenção e reiteração do modelo insustentável de produção baseado na propriedade privada, monocultivo, *commodities*, pacotes tecnológicos, com uso da inovação tecnológica como alcance da sustentabilidade e superação dos efeitos ambientais negativos produzidos pelo setor. O paradoxo é explicitado na construção das conciliações entre uso de agrotóxicos e manutenção do latifúndio e sustentabilidade.

Paradoxo da sustentabilidade do agronegócio

Como indicado na introdução, as críticas principalmente vindas do exterior sobre as práticas ambientalmente predatórias do agronegócio brasileiro passaram a se avolumar no início do século impactando negativamente no lucro do setor. Pressionado, o agronegócio passa a se movimentar e a atuar para mitigar os desdobramentos adversos, entre as ações realizadas houve um grande esforço comunicacional com inserção da expressão “sustentabilidade” de maneira recorrente e agenciada em diversos documentos, congressos e elaborações do agronegócio a fim de minimizar e superar o desprestígio na seara ambiental (Pompeia, 2021).

Paralelamente a isso, no ano de 2007 foi criado o *Instituto para o Agronegócio Responsável* (Ares) com o designo de aprofundar a compreensão dos riscos reputacionais decorrentes de questões ambientais nas principais cadeias de *commodities* e adotar medidas preventivas para mitigá-los (Pompeia, 2021). Conforme o passar dos anos foram constituídas outras importantes *think tanks* associadas ao agronegócio e são fundamentais para as elaborações subseqüentes do setor, como o *Instituto Pensar Agropecuária* (IPA) que teve início em 2011.

Ao passo que neste período o agronegócio preocupava-se com sua reputação e verificava a necessidade de responder a isso com conteúdo “verde”, ao mesmo tempo o setor passa a operar em Brasília favoravelmente à mudança do Código Florestal brasileiro (Pompeia, 2023) que, através de forte *lobby* desde 2007, é alterado em 2012 com um rebaixamento da legislação de proteção ambiental. Este também é o período da inauguração do uso de sementes transgênicas no Brasil, em que vale lembrar passaram a ser utilizadas de forma ilegal em 2003 como estratégia para garantir a liberação de seu uso no país⁴.

Os efeitos da intencionalidade e estratégia do uso do termo “sustentabilidade” no setor ao longo deste período são verificáveis na maneira em que a narrativa sobre a sustentabilidade do agronegócio, como verdade irrefutável, é reforçada por diversos atores durante o GAFFFF. Como anfitrião, Plínio Nastari, da *Datagro*, foi responsável por assumir o microfone diversas vezes para exprimir sínteses de elaborações sobre o agronegócio e narrativas para questões sensíveis, entre as quais há forte destaque para a questão ambiental. Durante as atividades de encerramento, Nastari explicitou a estratégia comunicacional ao anunciar que um dos grandes êxitos do evento foi supostamente ter conseguido demonstrar a sustentabilidade do setor.

Em torno da construção da narrativa da sustentabilidade, verificam-se esforços que foram realizados durante o Festival, um deles é de justamente tentar demonstrar a sustentabilidade, em um cenário em que existem tantas críticas e evidências contrárias; outro é sobre a constatação de que a ideia da sustentabilidade do agronegócio não é hegemônica na sociedade civil, então existe a necessidade de engajamento ainda maior para que o setor seja socialmente reconhecido como ambientalmente sustentável.

Nessa seara, observa-se uma movimentação do agronegócio brasileiro. Se, como apresentado no item anterior, há um empreendimento orientado para superação da imagem do agronegócio vinculado ao latifúndio atrasado e improdutivo através da apresentação do setor moderno, tecnológico e altamente produtivo; observa-se uma nova proposição na disputa hegemônica na sociedade civil. Ademais de dinâmico e tecnológico, empreende-se a apresentação de um agronegócio também sustentável, ou seja, o afastamento da associação do agro-

⁴ Conforme denunciaram movimentos sociais e ambientais na época, a Monsanto teria contribuído para o acesso ilegal de agricultores gaúchos às sementes da soja transgênica Round-Up Ready que não possuía liberação para ser produzida no Brasil. Após alguns anos, a empresa pressionou o governo a avalizar a comercialização da safra, embora as incertezas sobre os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, como o primeiro passo para a liberação dos transgênicos no país, (Duarte, 2005; Maia, 2013).

negócio com crimes ambientais e práticas nocivas ao meio ambiente, a partir da apresentação de uma agenda ecologicamente positiva vinculada ao setor.

Durante o evento, os elementos principais sobre a importância social do agronegócio brasileiro vêm da afirmação de que este seria o mais sustentável do mundo e um dos responsáveis pela segurança alimentar, uma vez que alimentaria 1,5 bilhão de pessoas no planeta. No entanto, o eixo balizador fundamental acerca da sustentabilidade e boas práticas do agronegócio seria a existência de florestas nativas no Brasil. Entre as formas de demonstrar isso, foi explicitado que a América do Sul possui um e meio de todo território europeu de floresta preservada e que o Brasil é um dos países que mais preserva a nível mundial. As florestas brasileiras seriam, assim, evidência máxima da sustentabilidade e preocupação ecológica do agronegócio que preservaria mais do que qualquer outro país, o que explicitaria, conforme a narrativa do evento, o papel da agricultura e do próprio agronegócio como solução para todos os problemas enfrentados na atualidade, em especial mudanças climáticas e o aquecimento global.

A literatura demonstra que a existência de áreas de preservação ambiental no Brasil aconteceu, ao contrário da narrativa descrita acima, justamente por lutas de setores da sociedade civil como Sem Terra, indígenas, quilombolas, povos das florestas e das águas, resistindo ao avanço do latifúndio e do agronegócio, e de políticas progressistas em relação ao direito à terra como demarcação de terras indígenas, reforma agrária, entre outras.

A ecologia política na América Latina tem dado visibilidade e analisado os conflitos socioterritoriais contemporâneos, com destaque para os diferentes flancos de disputa das comunidades contra o avanço do “Consenso de Commodities” (Svampa, 2013) em diferentes locais da região (Iamamoto; Lamas; Empinotti, 2020; Sepúlveda *et al*; 2025). Esses estudos demonstram que o desenvolvimento do agronegócio, em realidade, ameaça permanentemente a manutenção das áreas preservadas e a existência de territórios com comunidades tradicionais e camponesas.

Importante destacar que, — embora o agronegócio brasileiro tenha vínculos estreitos com o conservadorismo e a concepção de mundo da extrema direita, como indicado no item anterior — o Consenso de Commodities, como processo de reprimarização da economia que atingiu toda a América Latina, foi consolidado através de acordo tácito que engloba também setores e governos progressistas e de esquerda (Svampa, 2013). Portanto, a hegemonização do agronegócio no campo brasileiro e a força política e econômica que o setor passa a exercer estão relacionadas ao processo de ampliação extrativista em larga escala para exportação que contou com forte aporte do Estado e englobou amplos setores, e de diversas matizes políticas, no Brasil e América Latina.

Sobre as práticas anti-ambientais do agronegócio, é salutar a atuação do setor para minar as seguranças legais sobre a preservação ambiental através da mudança do Código Florestal em 2012, como mencionado anteriormente, que beneficiou os interesses ruralistas e contou com a resistência de movimentos sociais e comunidades tradicionais (Moura, 2014). Durante o GAFFFF, o Código Florestal foi indicado como uma política ambiental de referência para preservação ambiental e como exemplo indicativo das boas práticas ambientais do agronegócio.

Outra evidência foi a participação e apoio do agronegócio para as políticas antiecológicas do governo Bolsonaro, sintetizadas no “passar a boiada” proferido por Ricardo Salles, então ministro do Meio Ambiente em 2020. Sobre a emissão de CO₂, devido ao receio da rastreabilidade, o agronegócio, através da pressão da Frente Parlamentar Agropecuária, não aderiu ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito

Estufa (SBCE) com a justificativa da dificuldade de mensuração das emissões de propriedades rurais. (Cornetta, 2025, p. 27-28).

Em relação à manutenção do uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas, observou-se durante o evento o emprego do dispositivo comparativo para justificar sua utilização intensiva. Fundamenta-se que se aplica menos veneno em solo brasileiro do que em outros países, como o Japão. A construção discursiva possui tom de resposta à Europa que tem pressionado o agronegócio brasileiro para se responsabilizar com ações mais sustentáveis, com forte crítica ao uso de agroquímicos que possuem liberação e limites superiores em relação a diversos países do continente europeu.

Assim, para o agronegócio no Brasil a preservação ambiental e florestal é utilizada como material argumentativo da consagração da suposta sustentabilidade do setor de modo a legitimar a continuidade de sua ação predatória. O discurso sobre as reservas ambientais brasileiras como de responsabilidade do agronegócio se depara com a contrastante realidade da relação entre desmatamento e o avanço do *agribusiness*. Em resposta às denúncias da conhecida relação entre devastação ambiental, desmatamento, grilagem de terras⁵ e o agronegócio brasileiro, ouviu-se o discurso de que o agronegócio não pratica esses crimes, que seriam causados por agentes vinculados ao crime organizado desvinculados ao setor; que pagaria o preço e sofreria as mazelas por ser injustamente responsabilizado.

Outro argumento forte do discurso apresentado durante o Festival é que, em detrimento da suposta sustentabilidade do agronegócio brasileiro, haveria um vácuo quanto à sociedade civil que não possui consciência e conhecimento para compartilhar o que consideram ser o “orgulho agro”; desta feita, o setor não seria satisfatoriamente valorizado devido a um desconhecimento que infere ao não reconhecimento. A sociedade civil brasileira, “desconhecadora” sobre o agronegócio, não precificaria o trabalho realizado, ao passo que em nível internacional, em especial em relação aos países europeus, também há uma batalha na comunicação para apresentar a suposta sustentabilidade do setor.

De modo geral, o argumento principal sobre a ineficácia em torno do apoio massivo da opinião pública estaria na dificuldade do “agro” em demonstrar sua boa governança, ou seja, o agronegócio atuaria muito bem em relação à questão ambiental e à sustentabilidade, a dificuldade estaria na comunicação. Este problema comunicacional levaria a opinião pública a ser refém de um senso comum no qual o agronegócio estaria numa “caixinha” no que se refere às questões ambientais, como uma vítima da politização e polarização da sociedade brasileira.

Em contraponto a esse argumento, verifica-se o papel protagonista do setor junto ao Bolsonaro e ao bolsonarismo, assim como na deposição de Dilma Rousseff (Welch, 2018) e no financiamento a movimentos golpistas de 8 de janeiro de 2023 (Resende; Cassela; Vianna, 2023). Tais dados demonstram que, ao contrário de vítimas da polarização da sociedade brasileira, o agronegócio foi agente fundamental da constituição e força do bolsonarismo, bem como da polarização política no Brasil, em que participou ativamente do lastro antidemocrático nas últimas décadas, possuindo vínculo orgânico com o golpismo e a extrema direita, como será apresentado no último tópico.

A narrativa da sustentabilidade do agronegócio brasileiro enfrenta a contraditória realidade em que os dados e a percepção social evidenciam a característica notadamente insustentável. A tese do desconhecimento da sociedade civil vai na contramão dos empreendi-

⁵ A questão da grilagem de terra segue atual, o agronegócio atua para a regularização fundiária das áreas apropriadas ilegalmente. É possível verificar essa movimentação na PL da Grilagem (Fonseca, 2024) e nas ações do governador Tarcísio de Freitas em São Paulo que entrega a preços irrisórios de áreas públicas ao agronegócio na região do Pontal do Paranapanema (Audi, 2025).

mentos em propagandas disseminadas pelo agronegócio, como a publicidade do “Agro é Tudo” que domina os horários nobres da Rede Globo, maior emissora de TV aberta do Brasil. A percepção do setor sobre o baixo apoio da sociedade civil evidencia a dificuldade de superação da imagem perpetrada pelas próprias ações do agronegócio em torno das questões ambientais, como desmatamento, incêndios, poluição, entre outros. Ao mesmo tempo que indica a existência de uma rede comunicacional de denúncias dos crimes ambientais do *agribusiness* brasileiro vinculados a movimentos sociais e ONGs⁶, ainda que sem o mesmo apelo midiático e estrutura financeira quanto o promovido pelo setor, tem realizado um papel de contraponto em relação à ofensiva midiática do “agro”.

Paradoxo da capitalização da crise climática

A heterogeneidade e a movimentação dos diferentes atores do agronegócio são temas fundamentais e retomar estudos desta arena nos ajuda a verificar a complexidade do objeto e evita incorrer em erros generalistas. Os estudos de Pompeia (2021; 2023) possuem contribuição fundamental sobre a complexidade e movimentação dos atores do agronegócio brasileiro e os diferentes comportamentos de setores do *agribusiness* a partir da pauta ambiental.

Identificando a mudança na abordagem dos temas ambientais e a diversidade de posicionamentos das representações do agronegócio a partir do relevo que a pauta climática passa a ter especialmente nos anos 2000, o autor demonstra a variedade de respostas que o setor constrói ao ser pressionado (Pompeia, 2021; 2023). Após forte engajamento na candidatura de Bolsonaro à presidência e ao seu governo de viés extremista de direita, houve uma heterogeneidade no posicionamento do agronegócio acerca da maneira pela qual o governo respondia às questões ambientais.

Conforme Pompeia (2023) durante o governo Bolsonaro o setor atuou em 5 vertentes diferentes sobre a questão ambiental: i. uma variante mais extremista considerada “negacionista”, que operou contrariamente aos compromissos climáticos que o Brasil assumiu, assim como as políticas ambientais existentes, como o Código Florestal; ii. os “conservadores” que, da mesma maneira que os negacionistas, criticavam o direito à terra das populações indígenas, mas construíam postura mais mediadora em alguns temas como os compromissos brasileiros no Acordo de Paris; iii. a terceira vertente foi nomeada de “volúveis” pela capacidade de mudar o posicionamento conforme o vigor das objeções em relação ao agronegócio; iv. a corrente “descarbonizadoras” alinhava-se na perspectiva contrária ao desmatamento ilegal e favoravelmente a políticas que promovem a economia de baixo carbono; v. por fim, havia os de perspectivas “europeias” que eram mais firmes sobre o desmatamento zero e sentiam temor acerca da vulneração dos direitos das populações tradicionais/indígenas e dos impactos negativos à biodiversidade (Pompeia, 2023).

A despeito dos distintos posicionamentos dos grupos do agronegócio durante o Governo Bolsonaro indicados por Pompeia (2021; 2023), destaca-se que todos compuseram base fundamental de sustentação ao governo, evidentemente negacionista. Ressalta-se que não houve cisão entre as diferentes correntes, mas sim a realização de articulações nos bastidores sobre encaminhamentos de temas ambientais no governo. É demonstrativo sobre isso a unidade entre amplo espectro do agronegócio ao PL sobre agrotóxicos (6.299/2002), conhe-

⁶ Exemplos de organizações que denunciam as ações do agronegócio: De Olhos nos Ruralistas, O Agro é Fogo, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos, entre outros.

cido como “Pacote do Veneno”, que propõe diversas alterações para flexibilização do uso de agrotóxicos, aprovado na Câmara em 2022, quando não houve objeção por nenhuma corrente do setor (Pompeia, 2023).

Ainda que o setor demonstre uma multiplicidade de abordagens, no GAFFFF a crise climática por razões antropogênicas foi apresentada como um grande consenso. Diversos oradores trouxeram de maneira incisiva a realidade e consequências do colapso. Nesta arena, destaca-se a participação dos professores José Marengo (Cemaden) e Paulo Artaxo (USP), responsáveis por expor elementos científicos com dados sobre impactos concretos, inferência direta às consequências para a produção no campo e as problemáticas atuais e vindouras.

Observa-se, portanto, uma hegemonização (ao menos discursiva) pelos atores políticos organizadores e promotores do GAFFFF em torno da existência da crise climática. Em relação aos participantes, se nem todos os presentes estavam convencidos dessa tese, o evento se esforçou para construir e difundir este consenso e alimentar de argumentos o grupo que acompanhava o festival em torno do papel central do agronegócio para solução da crise climática. Outra constatação apresentada como inescapável é de que as soluções para as crises irão acontecer via agronegócio através da capitalização das ações de mitigação e preservação.

Entre as consequências do aquecimento global para o setor agropecuário foram exemplificadas as mortes de bovinos por calor, as secas na Colômbia, os problemas de produção de trigo na Argentina, as inundações no Rio Grande do Sul, o aumento do período de estiagem no Matopiba, entre outros. Esse quadro repercute em uma preocupação central do agronegócio sobre os impactos da crise climática na produção agrícola devido ao risco de investimentos e à falta de garantia em torno da colheita. Se para o agronegócio o clima sempre foi encarado como um risco convencional, com as alterações atuais o risco climático se ampliou causando forte impacto no financiamento e investimento para o setor.

Também foram apresentados argumentos que relacionam o aquecimento global com as diversas catástrofes que impactam principalmente as populações mais vulneráveis, gerando pobreza, além do abalo na produtividade agrícola.

A partir dos dados do evento, observa-se que os atores do agronegócio brasileiro no GAFFFF tomaram a decisão de reforçar e reiterar a existência da crise climática com responsabilidade antropocêntrica, agregando a não responsabilização do *agribusiness* por sua existência, ao contrário, advogando por uma suposta sustentabilidade promovida pelo setor, e atribuindo-lhe papel central na promoção de mudanças e superação do crítico momento ambiental atual.

Apresentou-se durante o GAFFFF a compreensão de que o período atual de construção para soluções das crises ambientais é um grande momento para o agronegócio brasileiro monetizar, encarando a natureza como oportunidade e não custo.

As características brasileiras, como o capital natural e conjecturas sobre avanço tecnológico do agronegócio no Brasil, possibilitariam ao setor ser um *player* de destaque a nível internacional. Com este objetivo, discursam sobre a necessidade da união das lideranças do agronegócio para, de forma articulada, encarar o potencial financeiro da crise climática que pode mudar o patamar de liderança do agronegócio brasileiro na economia global. Tudo dependeria do agronegócio brasileiro mostrar para o mundo sua sustentabilidade, num momento em que a COP 30 seria palco determinante.

Ainda sobre as razões da posição de *player* fundamental do agronegócio brasileiro, foi apresentada a pretensa aptidão do setor para atuar na segurança alimentar, em contexto de aumento da fome com previsão de novas catástrofes climáticas e perdas de safras. A capacidade de grande produtividade se daria pelo avanço tecnológico em que órgãos públicos cum-

premio importante para beneficiar o setor (como a Embrapa, ESALQ, UFV, entre outras). O capital ambiental e grandes áreas cultiváveis, somadas às tecnologias — de sementes transgênicas à agroflorestas — permitiria ao agronegócio cumprir papel protagonista na crise atual garantindo o retorno financeiro.

Se, conforme Plínio Nastari, o evento foi realmente a preparação do setor para a COP 30, foi repassado e ensaiado um discurso direto a ser disputado na Cúpula. Primeiro, sobre a sustentabilidade do setor, segundo, de que o agronegócio tem papel fundamental na crise e precisa ser compensado financeiramente. As mudanças climáticas são, nesta perspectiva, uma grande oportunidade para monetizar, ou seja, é possível identificar os atores operando para que as empresas do capital no campo sejam beneficiadas para realizar a garantia ambiental exigindo uma compensação e disputando investimentos públicos e privados para sua realização (Cornetta, 2025).

Em defesa dos interesses do agronegócio, há uma relação direta entre a preservação ambiental, o financiamento das iniciativas e a execução das políticas ambientais, o que chamam de preservação com sustentabilidade econômica. Aqui o setor escancara a natureza destrutiva do agronegócio, diferentemente da construção narrativa apresentada no item anterior, desta vez há um reconhecimento da característica predatória na qual, sem motivação financeira, não pode ser superada.

A construção de mecanismos de retorno financeiro seria uma condição para a implementação de políticas ambientais. Com declarações como: “não vamos mudar nada com filantropia”; “precisamos ser pragmáticos, o ser humano não vai fazer isso (se referindo a preservação para superação da crise climática)”; “é necessário ter um retorno financeiro, senão o capital não aporta”; “a mitigação não vai acontecer por amor à causa”; entre outras, advoga-se a necessidade de criar instrumentos de financeirização e modelos de gestão como fundo clima, fundo de investimentos, aumento de recursos públicos para área ambiental (como Plano Safra).

Neste âmbito, a organização do mercado de crédito de carbono, — funcionando através da lógica “poluidor-pagador”, em que as ações poluentes de emissão de CO₂ e GEE são compensadas via mercado através da aquisição do crédito de carbono (Cornetta, 2025) — é vista como oportunidade e grande perspectiva de geração de recursos para o agronegócio. Alguns oradores propuseram um grande mutirão para organizar o mercado de carbono, considerado por alguns como a nova moeda.

O agronegócio brasileiro é apontado como ator relevante na venda de ativos de compensação, prevê-se que seja um dos grandes beneficiários econômicos com o avanço e consolidação do mercado de crédito de carbono. Ainda assim, apareceu no evento uma preocupação com o fato de o financiamento estar vinculado à política de controle e rastreabilidade das emissões, o que pode ter efeitos negativos para o agronegócio. Outra crítica é sobre o fato do carbono não ser uma demanda do Brasil, ter sido trazida do norte global, portanto a responsabilização e investimento para efetivação das ações deve ser realizado por esses países enquanto o agronegócio brasileiro oferece uma diversidade de ativos.

Evidentemente a estratégia do agronegócio de capitalização da crise ambiental e climática tem relação direta com a etapa financeira do capitalismo a qual contemporaneamente o mundo está submetido, em que os alimentos e a própria terra são ativos financeiros para a reprodução do capital (Seufert *et al*, 2023, p. 20). Neste aspecto, as soluções hegemônicas para as crises⁷ também estão sob o jugo financeiro, manifestando-se como “capital fictício” na perspectiva do “capitalismo verde” que sintetiza as tentativas de exploração sustentável e que

⁷ Cornetta (2025, p.100) cita: “os créditos de carbono, as cotas ecológicas ou de estoques florestais, os créditos de biodiversidade, ou mesmo das zonas saturadas, assim como o capital simbólico envolvido neste contexto”.

“tornou-se nada menos que uma estratégia central para a comodificação, mercantilização e financeirização ecológica, que intensifica e aprofunda radicalmente a penetração do capital na natureza” (Smith, 2007, p.17, tradução nossa).

Embora todo o esforço de financeirização apareça como consensual durante o Festival, apresentado de forma encorpada e sendo um dos principais pilares do evento, alguns oradores demonstraram desconfiança e preocupação em relação ao real aporte financeiro que virá. Argumentam que existe um pragmatismo político do mundo e que não há apoio popular nos países europeus para doação de recursos aos países pobres, e que os governos sofrem críticas pelos financiamentos enviados, demonstrando uma descrença sobre a efetivação do aporte externo.

Os limites das propostas do agronegócio para a solução da questão climática possuem a contradição concreta de que não há promoção real de alteração do modelo, ao contrário, há o reforço da lógica predatória com a tentativa de benefícios financeiros com práticas insustentáveis como geração de crédito de carbono através do monocultivo de pinus e eucalipto, ou pela efetivação da frágil legislação ambiental nas propriedades rurais, com compensação monetária pela implementação da lei.

Talvez uma das maiores demonstrações disso, num evento em que não há espaço para o contraditório e a oposição, seja a realidade da intensa utilização de agrotóxicos mesmo nas fazendas consideradas modelos. O principal dado para atestar o controle sobre o uso de agroquímicos é o fato de que muitas propriedades estão dentro dos parâmetros em relação ao limite máximo, o que demonstraria uma sustentabilidade, no entanto, o agronegócio tem forte atuação e poder de pressão na elaboração de parâmetros e legislação, atualmente o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com a liberação de diversos agrotóxicos proibidos em outros países (Bombardi, 2021).

No dia 27 de novembro de 2026, uma semana após o encerramento da COP 30 quando o *lobby* do agronegócio gastou muita saliva para demonstrar suposta sustentabilidade, o setor participou ativamente da fragilização das políticas ambientais através da atuação na derrubada dos vetos de Lula ao PL da nova Licença Ambiental Especial (LAE), também conhecida como PL da Devastação. A derrubada dos vetos presidenciais foi considerada uma grande vitória da Frente Parlamentar da Agropecuária, em que os deputados Pedro Lupion e Alceu Moreira, assim como a Senadora Tereza Cristina, presentes no GAFFFF, foram atuantes (Pensar Agro, 2025; Lennon, 2025). A LAE significa a flexibilização do licenciamento e terá impacto com o aumento do desmatamento da Mata Atlântica, com fragilização do controle ambiental.

O paradoxo da capitalização da crise climática se revela com os limites de mudança real para superação do colapso ambiental e climático através de ações promovidas pelo próprio mercado, ou seja, com a conversão da crise em ativo econômico em que há uma escalada em relação à mercadorização da natureza. O empenho do agronegócio em se promover como protagonista na superação da crise climática através da lógica mercadológica encontra contradição na própria movimentação do setor como o engajamento na aprovação da LAE, atuando concomitantemente através da construção de narrativa e propaganda sobre sustentabilidade, com ataques à legislação ambiental e mobilização para financeirizar a pauta do clima.

O paradoxo do ecologismo de extrema direita

O objetivo principal do tópico é posicionar uma interpretação do caso brasileiro, a partir do estudo no GAFFFF, em meio à literatura que tem sido produzida em torno da temática do Ecologismo de Extrema Direita (EED), identificando pontos de convergência e possíveis des-

continuidades. A abordagem conta com o diálogo entre os elementos identificados nas análises anteriores — em que se observa a característica conservadora do agronegócio e seu vínculo com a extrema direita —, os estudos que se debruçam sobre EED e autoras/es brasileiras/os que se dedicam ao estudo e história do agronegócio.

Uma contribuição importante da concepção de Ecologismo de Extrema Direita é o rompimento com um pressuposto recorrente no senso comum — e que aparece ocasionalmente em análises de especialistas — de que a visão ambiental da esquerda é a única existente (Allen *et al*, 2024). Os estudos que têm sido realizados sobre essa temática, principalmente no contexto europeu, demonstram que a ecologia não apenas está presente no pensamento da extrema direita, como se faz cada vez mais presente nas pautas e nos debates próprios desta, assim como outras questões tradicionalmente associadas à esquerda, a exemplo do debate de gênero.

Em relação ao conceito de extrema direita, o artigo seguirá a abordagem de Lubarda (2020) e Allen *et al* (2024) em que o objetivo não é debater categoricamente o conceito, mas sim, pressupondo a complexidade e contraditoriedade próprias a esse espectro político, utilizá-lo como conceito guarda-chuva. Desta maneira, ele abarca diversas experiências e características como “autoritarismo, etnonacionalismo, normas tradicionais, homogeneidade, anti-intelectualismo, violência física, misoginia, hierarquias racializadas e de gênero (manutenção do *status quo*), resistência à ideia de igualdade” (Allen *et al*, 2024) sem necessariamente pressupor a presença simultânea de todos esses elementos.

Debruçado sobre fenômenos europeus acerca da posição da extrema direita sobre a temática ambiental, Lubarda (2020) identifica que as concepções ecológicas deste segmento são complexas e destaca o papel central do nacionalismo e da relação entre natureza, migração e identidade nacional. Nessa abordagem, o autor categoriza Donald Trump e Bolsonaro, por exemplo, como representantes de um eco-nacionalismo populista em que a pauta ambiental ocupa uma posição relevante.

Focando no objeto de análise, como observado no item 4, verifica-se uma movimentação diferenciada realizada pelo agronegócio brasileiro no GAFFFF em comparação à parte da extrema direita. Enquanto o evento fortaleceu de forma hegemônica a existência da crise climática antropocêntrica, é relevante o caráter negacionista em relação ao clima característico de segmentos do conservadorismo mundial (Barros, 2024).

O ceticismo climático tem característica multifacetada e pode ser definido pela adesão a algumas posições: (a) a recusa de que existe um problema real sobre a mudança climática, (b) a ideia de que, se existe, ele não é causado pela ação humana, mas, como tantos outros, é apenas um dado da natureza, (c) o ceticismo acerca da ciência que se debruça sobre a problemática climática e (d) a descrença nas soluções para a crise propostas tanto pelo poder público quanto pelo setor privado (Van Rensburg, 2015).

Para o objetivo do artigo, é interessante refletir sobre as variáveis que atuam neste posicionamento do agronegócio, especificamente o que aparece no GAFFFF. Através das análises dos itens anteriores, identifica-se que a aderência do agronegócio brasileiro à crise climática está menos relacionada por motivações ideológicas, mas sobretudo pela percepção de que o agronegócio terá menos prejuízos e poderá ser grande beneficiário através do protagonismo do setor frente à crise, movimentação em que o discurso da sustentabilidade ganha centralidade ainda maior.

Embora as evidentes diferenças entre o nacionalismo sueco e o agronegócio brasileiro, a abordagem de Malm (2025) serviu de inspiração e possui elementos ricos para a compreensão do ambientalismo do agronegócio relacionando com sua apropriação das políticas

ambientais brasileiras. Malm (2025) utiliza o termo “*green national paradox*” para interpretar o fenômeno das ecologias políticas de extrema direita do partido *Sweden Democrats* (SD), quando analisa a forma pela qual há uma apropriação do avanço de políticas ambientais progressistas históricas da Suécia para justificar ações conservadoras e obstaculizantes em torno da mitigação climática.

O exemplo sueco apresentado não é uma exceção europeia, o autor demonstra um padrão transnacional de ecologismo de extrema direita, sendo imprescindível analisar como essa dinâmica ocorre na periferia do mundo, em suas diferenças e similaridades com o norte global. Malm (2025) argumenta que as políticas ecológicas de extrema direita cresceram como reações a movimentos e políticas ambientais progressistas. No caso do agronegócio brasileiro, como apresentado, observou-se a constituição de ferramentas e mecanismos em torno da abordagem ambiental, construindo uma narrativa ecológica, a partir da pressão externa e interna, com o avanço de pautas ambientalistas a nível mundial.

Vale ainda relacionar com outra tendência observada por Malm acerca da EED característica do Partido Democrata Sueco (SD). O autor demonstra que a atuação por décadas de uma agenda de mitigação climática progressista, que possibilitou a Suécia galgar posição de referência em torno das políticas de proteção ambiental e preocupação climática, significou uma superioridade progressista na política climática que é capturada e invertida pela extrema direita. Esse seria o *green national paradox*, em que a posição avançada justifica políticas que vão na contramão das agendas climáticas (2025).

Ao passo que o SD instrumentaliza as políticas ambientais pretéritas e a referência sueca neste âmbito para bloquear políticas climáticas atuais, o agronegócio brasileiro, por sua vez, mobiliza a retórica da preservação ambiental dos remanescentes florestais brasileiros e a existência de florestas nativas para legitimar as reiteradas práticas anti ambientais, sem alteração estrutural na forma de produção. Se para a extrema direita sueca a superioridade progressista na política climática significa munição retórica para uma política anticlima, o agronegócio se utiliza, conforme exposto no item 2, da proteção ambiental protagonizada pelas lutas dos povos das florestas e movimentos sociais.

Sobre a característica conservadora do agronegócio, os autores Campos, Barcelos e Severo (2024) utilizam o conceito de “ecologismo de extrema direita” para analisar o governo Bolsonaro e o agronegócio nacional. Entre os elementos fundamentais do capítulo, os pensadores demonstram o vínculo histórico da elite agrária brasileira com forças reacionárias, o que é possível verificar em momentos diversos da história do Brasil, como durante o golpe militar de 1964 e também no apoio ao governo Bolsonaro, como a elite mais poderosa que atuou como pilar deste governo extremista, configurando um reacionarismo do setor.

Sob a lente do ecofascismo, as autoras França e Larruscahim (2025, s/p) analisam que, em sua face brasileira, este possui relação direta com o agronegócio e se apresenta “não só pela política, mas pela captura dos desejos frustrados em uma sociedade precarizada, oferecendo ordem, potência e pertencimento por meio da exploração violenta da terra e dos corpos que dela dependem”. Elas argumentam que o agronegócio tem uma conexão anterior ao governo Bolsonaro com a extrema direita, o que é verificável pelos ataques do setor às políticas de distribuição de terras, de reforma agrária e aos movimentos sociais do campo (França e Larruscahim, 2025).

Também é flagrante na história do setor o papel que a elite agrária exerceu no golpe militar de 1964 quando a *Sociedade Rural Brasileira* (SRB), fundada em 1919, foi agente fundamental na trama para destituição de João Goulart em 1964 (Rose, 2010, p. 261). Ainda na década de 1960 a elite agrária brasileira participou da construção de ações reacionárias quando,

por exemplo, impulsionou campanhas sob coordenação dos EUA através de órgãos como o *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais* (IPES) e do *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD) para desmobilizar a organização política de camponeses e camponesas que realizavam a luta por reforma agrária⁸ (Dreyfuss, 1981, p. 300).

A presença da ideologia conservadora se apresenta durante o GAFFFF nas imagens nas quais pôde-se ver a presença da nostalgia colonial, com unanimidade do monocultivo nas representações de produção agrícola, característica do capitalismo extrativista, e do traço salutar de homogeneidade, como apresentado ao longo do item 2.

Vale destacar a presença de alguns convidados da arena política que demonstram a relação do setor com espectro político da extrema direita, entre os presidenciáveis (naquele momento) participaram Carlos Roberto Massa Junior (PR), Romeu Zema (MG), Ronaldo Caiado (GO), Tarcísio Gomes de Freitas (SP), além da senadora e ex-ministra do governo Bolsonaro Tereza Cristina Correa, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Deputado Federal Pedro Lupion, entre outros políticos como o ex-deputado e ex-ministro Aldo Rebelo.

A histórica e atual violência no campo são outra expressão da extrema direita. Historicamente o latifúndio demonstra seu espírito autoritário, antidemocrático e extremista em ações de massacres, assassinatos, coerção, entre outros. Mesmo no período da Nova República, em 1985, o latifúndio constituiu a União Democrática Ruralista (UDR), braço armado do setor, como grande herdeira da SRB (Mendonça, 2006, p. 125; Rose, 2010, p. 263). A versão atual de milícia armada da elite agrária brasileira é o Movimento Invasão Zero, criado em 2023 com a participação de políticos importantes como Ronaldo Caiado, que esteve presente no GAFFFF. O Movimento tem por objetivo utilizar a violência direta para a manutenção da estrutura fundiária, mas também atuar junto às casas legislativas para a criminalização de lutas sociais.

A característica conservadora do agronegócio é evidenciada de diversas maneiras, como no impulsionamento ao Bolsonaro, ao bolsonarismo, em sua atuação nas ações golpistas das duas últimas décadas, na perseguição e violência no campo contra movimentos sociais, na atuação em crimes ambientais como o “dia de fogo” e no *lobby* para liberação recorde de agrotóxicos e para enfraquecer a legislação ambiental. Embora os esforços realizados pelo agronegócio para escapar da imagem do “atraso”, como demonstrado anteriormente, esses aspectos denunciam a ligação orgânica entre o velho latifúndio com a forma atual do capital no campo.

A relação entre EED e o agronegócio brasileiro merece um aprofundamento analítico para além do estudo de caso específico, mas a partir da pesquisa de campo não se identifica a constituição de um ecologismo ou uma ecologia política explícita tal qual verificados em diferentes partidos políticos de extrema direita, especialmente nas análises sobre o norte global. Observou-se que há, pelo agronegócio, uma assimilação de termos, ideias e concepções mais ligados ao reposicionamento do setor neste campo, de modo a angariar legitimidade, do que a constituição ideológica de um ecologismo próprio.

É neste aspecto que se constituiu o paradoxo abordado, o agronegócio brasileiro, setor estruturalmente vinculado ao conservadorismo, à violência, ao golpismo e ao monocultivo se apresenta como vanguarda e liderança ambiental, especificamente como ator fundamental na resposta à crise climática, construindo uma narrativa ecológica legitimadora frente à sociedade.

⁸ Destaca-se a realização em 1961 do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que contou com cerca de 600 camponeses que entoaram a palavra de ordem “Na lei ou na marra, com flores ou com sangue” (Schwarcz; Starling, 2015)

Considerações finais

A partir da análise dos dados extraídos durante pesquisa de campo realizada no GAFFFF, o artigo apresenta as diversas camadas paradoxais que conformam o paradoxo verde do agronegócio brasileiro. Como elemento basilar, observou-se que o setor realiza uma inversão narrativa, na qual em vez de responsáveis pela crise climática, tornam-se salvadores do planeta através do aprofundamento do modelo de produção. Embora o peso do uso de terminologias ambientalistas recorrentes durante o evento, como a expressão “sustentabilidade”, não há propostas de superação das ações eminentemente predatórias praticadas pelo agronegócio.

O paradoxo do latifúndio monocultor demonstra de forma mais evidente a reiteração desse modelo de produção, baseado em grandes propriedades privadas e no uso de agroquímicos, promovendo um discurso de conciliação entre essas características e a questão ambiental através do avanço tecnológico. O paradoxo da sustentabilidade do agronegócio é explicitado pelo eixo argumentativo presente no GAFFFF de que a preservação florestal brasileira seria a expressão das boas práticas ambientais realizadas pelo setor, enquanto são evidentes suas ações para o enfraquecimento de dispositivos ambientais (como no caso da LAE) e no combate aos povos do campo, das florestas e das águas que realizam a luta por preservação ambiental.

O terceiro paradoxo é o da capitalização da crise climática quando, ao contrário da extrema direita convencional, observou-se o reconhecimento da ação humana no colapso climático, no entanto, essa aderência está vinculada à estratégia de angariar investimentos e recursos, por isso os esforços do setor na construção de narrativa de sustentabilidade para a disputa por protagonismo na seara ambiental, ou seja, capitanear a crise para potencializar a acumulação. É uma forma diferente de negação que se apresenta, desta vez, através da instrumentalização da crise a partir da manutenção da forma predatória de produção.

Finalmente, para debruçar sobre a relação orgânica do agronegócio com o conservadorismo e a questão ambiental, identificou-se o paradoxo das ecologias políticas de extrema direita quando são recuperadas sínteses dos itens anteriores que demonstram a associação do agronegócio à extrema direita identificadas no GAFFFF com elementos históricos e o debate internacional sobre as EED. Apresenta-se a paradoxal forma com que o agronegócio, setor historicamente vinculado com o conservadorismo e que possui vínculo com ações antidemocráticas, como golpes políticos, violência e crimes ambientais, passa a disputar posição hegemônica para a superação da crise climática.

Referências bibliográficas

ALLEN, I. K.; EKBERG, K.; HOLGERSEN, S.; MALM, A. *Political Ecologies of the Far Right: Fanning the Flames*. Manchester: Manchester University Press, 2024.

AUDI, A. Tarcísio desperdiça oferta lucrativa e vende terras públicas por 10% do preço em São Paulo. Agência Pública, 2025. Disponível em: <<https://apublica.org/2025/11/tarcisio-desperdica-oferta-e-vende-terras-por-10-do-preco-em-sp/>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BARROS, D. Ascensão da extrema-direita e do negacionismo científico (e climático): reflexos na ordem internacional. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, (11), 2024. Disponível em: <<https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/228>>. Acesso em: 12 jun. 2026.

- BOMBARDI, L. *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- CAMPOS, R. D. E.; BARCELOS, S. B.; SEVERO, R. G. Conspiracy theories and anti-environmentalism in Bolsonaro's Brazil. In: ALLEN, I. K.; EKBERG, K.; HOLGERSEN, S.; MALM, A. (orgs.). *Political Ecologies of the Far Right: Fanning the Flames*. Manchester: Manchester University Press, 2024.
- CASAGLIA, A.; COLETTI, R.; LIZOTTE, C.; AGNEW, J.; MAMADOUH, V.; MINCA, C. Interventions on European nationalist populism and bordering in time of emergencies. *Political Geography*, v. 82, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2020.102238>>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- CASIMIRO, P. Por que o Brasil aparece entre os maiores emissores do planeta? Veja o ranking. G1, 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-30/noticia/2025/09/10/por-que-o-brasil-aparece-entre-os-maiores-emissores-do-planeta-veja-o-ranking.ghtml>>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- CORNETTA, A. *"A crise ambiental" e os negócios do clima: uma perspectiva crítica-popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2025.
- DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, E. Como surgiu a lei Monsanto. MST, 2005. Disponível em: <<https://mst.org.br/2005/03/14/como-surgiu-a-lei-monsanto/>>. Acesso em: 11 fev. 2026.
- FIRMIANO, F. D.; ALMEIDA, M. E. M.; GALASSI, L. G.; LOPES, M. A.; LIMA, M. M. A reiteração permanente do modelo predatório do agronegócio brasileiro: o caso dos agrotóxicos. *Retratos de Assentamentos*, v. 27, n. 2, 2024. Disponível em: <<https://10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2024.v27i2.594>>. Acesso em: 25 fev. 2026.
- FONSECA, D. O agro e a grilagem. *Nexo Jornal*, 2024. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2024/03/06/o-agro-e-a-grilagem>>. Acesso em: 25 fev. 2026.
- FORCHTNER, B. Climate change and the far right. *WIREs Climate Change*, v. 10, e604, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/wcc.604>>. Acesso em: 25 fev. 2026.
- FRANÇA, K. A.; LARRUSCAHIM, P. G. Como as alianças entre a extrema direita e o agronegócio ameaçam o futuro do planeta. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 25 abr. 2025. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/como-as-aliancas-entre-a-extrema-direita-e-o-agronegocio-ameacam-o-futuro-do-planeta/>>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- GAFFFF. GAFFFF, 2025. Disponível em: <<https://gaffff.com>>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- GERHARDT, C. Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro: subjetivação e conquista de novos territórios. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 3, p. 841-866, set./dez. 2021. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/890>>. Acesso em: 25 fev. 2026.
- GLOBAL AGRIBUSINESS FORUM (GAF). Abramilho, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.abramilho.org.br/global-agribusiness-forum-gaf/>>. Acesso em: 12 jun. 2026.

GONÇALVES, F. C. N. I. A Política Externa como reflexo das dinâmicas internas: o caso do Agronegócio no Brasil. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, SP, v. 15, p. e026004, 2025. DOI: 10.36311/2237-7743.2026.v15.e026004. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/17788>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

GRUPO RONCADOR. Conheça a maior fazenda do Brasil, a Fazenda Roncador. Grupo Roncador, 2020. Disponível em: <<https://www.gruporoncador.com.br/2020/07/12/conheca-a-maior-fazenda-do-brasil-a-fazenda-roncador/>>. Acesso em: 26 fev. 2026.

IAMAMOTO, S.; LAMAS, I.; EMPINOTTI, V. Diálogos contemporâneos da Ecologia Política: contribuições desde a América Latina. *Revista de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 51, n. 2, p. 13–36, 2020. DOI: 10.36517/rcs.2020.2.d01. Disponível em: <<https://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/44416>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

LENNON, R. FPA derruba vetos ao Licenciamento Ambiental e recupera texto original aprovado por ampla maioria no Congresso Nacional. Agência FPA, 2025. Disponível em: <<https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2025/11/27/fpa-derruba-vetos-ao-licenciamento-ambiental-e-recupera-texto-original-aprovado-por-ampla-maioria-no-congresso-nacional/>>. Acesso em: 02 dez. 2025.

LOCKWOOD, M. *Right wing populism and the climate change agenda: exploring the linkages*. Brighton: University of Sussex, 2018. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10779/uos.23464922.v1>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

LUBARDA, B. Beyond ecofascism? Far-Right ecologism (FRE) as a framework for future inquiries. *Environmental Values*, v. 29, n. 6, p. 713–732, 2020.

MAIA, S. Transgênicos: da clandestinidade à quase onipresença nas lavouras de soja. MST, 2013. Disponível em: <<https://mst.org.br/2013/11/05/transgenicos-da-clandestinidade-a-quase-onipresenca-nas-lavouras-de-soja/>>. Acesso em: 25 fev. 2026.

MALM, A.; THE ZETKIN COLLECTIVE. *White Skin, Black Fuel: On the Danger of Fossil Fascism*. London: Verso Books, 2021.

MALM, A.; EKBERG, K.; ENGLUND, C.; GRØNKJÆR, J. T.; CHARLIER, M.; MEDIN, O.; HOLGERSEN, S. Green national paradox? How the far right turned Sweden from a (reputed) pioneer of climate mitigation to an obstructor. *Political Geography*, v. 122, 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2025.103390>>. Acesso em: 27 nov. 2025.

MENDONÇA, S. R. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil*, v. 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOURA, L. H. G. Código Florestal: elementos sobre a expressão ambiental da luta de classes no Brasil. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18, jun. 2014. DOI: 10.14393/RCT91826959. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26959>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

NANNINI, W. Agronegócio e a extrema direita bolsonarista: simbiose que engendra e amplia a barbárie socioambiental no Brasil. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 5, n. 1, 2023. DOI: 10.48075/amb.v5i1.30393. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/30393>>. Acesso em: 13 out. 2025.

- PENSAR AGRO. FPA consolida força no Congresso e derruba vetos ao novo licenciamento ambiental. Pensar Agro, 2025. Disponível em: <<https://pensaragro.com.br/fpa-consolida-forca-no-congresso-e-derruba-vetos-ao-novo-licenciamento-ambiental/>>. Acesso em: 25 fev. 2026.
- POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio*. 2018. 1 recurso online (352 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Harvard University, Campinas, SP. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1634249>>. Acesso em: 14 jun. 2026.
- POMPEIA, C. Concertação e poder. O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, p. e3510410, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3510410/2020>>. Acesso em: 14 jun. 2026.
- POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- POMPEIA, C. As correntes do agronegócio durante o governo Bolsonaro: divergências e acordos em questões socioambientais. *Nuevo Mundo*, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.93843>>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- RESENDE, S.; CASSELA, V.; VIANNA, J. Atos golpistas: o que a Abin rastreou sobre financiadores e novas tentativas de ataques. G1, Brasília, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/20/atos-golpistas-o-que-a-abin-rastreou-sobre-financiadores-e-novas-tentativas-de-ataques.ghtml>>. Acesso em: 19 fev. 2026.
- ROSE, R. S. *The unpast: a violência das elites e o controle social no Brasil de 1954 a 2000*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.
- SEEG. Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Observatório do Clima, 2025. Disponível em: <<https://seeg.eco.br>>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- SCHWARCZ, L.; STARLING, H. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SEUFERT, P.; HERRE, R.; MONSALVE, S.; GUTTAL, S. *O capitalismo clandestino e a financeirização dos territórios e da natureza*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.
- SEPÚLVEDA, V. et al. Transición energética y disputas territoriales: pueblos indígenas y campesinos frente al poder corporativo en Brasil y Chile. In: VOMMARO, P.; AMÉZQUITA, G. (orgs.). *Conflictos socioambientales y transiciones justas en el siglo XXI*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2025. Disponível em: <<https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=4623&c=2>>. Acesso em: 19 fev. 2026.
- SMITH, N. Nature as accumulation strategy. In: PANITCH, L.; LEYS, C. (orgs.). *Socialist Register: coming to terms with nature*. Londres: Merlin, 2007. p. 16-36
- SVAMPA, M. "Consenso de los Commodities" y lenguajes. *Nueva Sociedad*, n. 244, 2013. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>>. Acesso em: 19 fev. 2026.
- VAN RENSBURG, W. Climate change scepticism: A conceptual re-evaluation. *SAGE Open*, 5(2), 1-13, 2015. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2158244015579723>>. Acesso em: 26 fev. 2026.